PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Atualização Jurídica - Direito Administrativo - Administração Pública

CARGA HORÁRIA: 340 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 43 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Atualize seus Conhecimentos sobre a Administração Pública, com foco no Direito Administrativo

O Curso online Atualização Jurídica - Direito Administrativo - Administração Pública é a formação estratégica indispensável para quem busca domínio técnico sobre o funcionamento do Estado moderno. O programa aborda a evolução do regime público sob a ótica da lei número 13.655 de 2018 (LINDB), focando na segurança jurídica e no realismo na gestão. Você revisitará os princípios constitucionais (LIMPE) e as novas dinâmicas de consensualidade e participação social, essenciais para compreender as limitações ao poder administrativo e o controle do desvio de poder no cenário jurídico de 2026.

Licitações, Contratos e a Nova Lei número 14.133 de 2021

Aprofunde-se na Nova Lei de Licitações e Contratos, dominando as modalidades modernas como o diálogo competitivo e as regras de contratação direta. O curso detalha a organização administrativa entre entes diretos e indiretos, a classificação dos agentes públicos e o regime de bens públicos. O conteúdo abrange desde os atos administrativos e o processo eletrônico até a intervenção do Estado na propriedade e a responsabilidade civil extracontratual, fundamentada na teoria do risco administrativo e no dever de

indenizar por atos lícitos e omissões.

Inovação com LGPD e Inteligência Artificial na Gestão Pública

Diferencie-se ao dominar a aplicação da LGPD no setor público, focando nas bases legais para o tratamento de dados e o papel estratégico do DPO nos órgãos estatais. Um diferencial exclusivo é o módulo sobre Inteligência Artificial, que discute o marco legal da IA, a automação de atos administrativos e o dever de motivação frente ao uso de algoritmos. Com foco em ética, transparência e governança digital, o curso oferece exercícios resolvidos e comentados, garantindo que você esteja preparado para os desafios da eficiência operacional e do controle da legalidade na era tecnológica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E LINDB
Introdução e Evolução do Direito Administrativo; Conceitos e Características do Regime Público; Princípios da Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público; Impactos da Lei número 13.655 de 2018 na Segurança Jurídica; Realismo Jurídico e Gestão Pública na LINDB; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Limitações ao Poder Administrativo; Princípios Constitucionais (LIMPE): Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência; Razoabilidade e Proporcionalidade no Controle do Desvio de Poder; Continuidade do Serviço Público e Autotutela; Consensualidade, Participação Social e Motivação; Contraditório e Ampla Defesa no Âmbito Administrativo; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AGENTES PÚBLICOS
Exercício da Função Administrativa; Desconcentração e Descentralização; Administração Pública Direta e Indireta; Entidades da Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista); Classificação e Regime Jurídico dos Agentes Públicos; Investidura, Concurso Público e Acumulação de Cargos; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;
ATOS ADMINISTRATIVOS E PROCESSO ELETRÔNICO
Distinção entre Fato e Ato Administrativo; Elementos e Requisitos de Validade; Atributos do Ato Administrativo (Presunção de Legitimidade, Imperatividade e Autoexecutoriedade); Classificação e Espécies; Extinção, Convalidação e Conversão; Digitalização e o Processo Administrativo Eletrônico; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI NÚMERO 14.133 DE 2021)
Fundamentos e Objetivos da Nova Lei de Licitações; Âmbito de Aplicação e Vigência; Modalidades Licitatórias (Diálogo Competitivo, Pregão, Concorrência); Contratação Direta: Inexigibilidade e Dispensa; Planejamento e Fase Interna; Prerrogativas e Cláusulas Exorbitantes nos Contratos; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;

SERVIÇOS PÚBLICOS E INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE

Conceito e Princípios do Serviço Público; Formas de Execução: Concessão, Permissão e Autorização; Intervenção do Estado na Propriedade Privada; Modalidades: Desapropriação, Servidão, Tombamento e Requisição; Bens Públicos: Regime Jurídico, Afetação e Desafetação; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)

Conceito, Espécies e Princípios Norteadores; Fases do Processo: Instauração, Instrução e Julgamento; Competência, Impedimento e Suspeição; Garantias do Acusado e Atos Processuais; Decisão e Recursos Administrativos; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E CONTROLE

Responsabilidade Civil Extracontratual na Constituição Federal; Teoria do Risco Administrativo e Dever de Indenizar; Responsabilidade por Omissão e por Atos Lícitos; Ação Indenizatória e Direito de Regresso; Controle Administrativo, Legislativo e Judicial; Coisa Julgada Administrativa; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;

LGPD NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Conceitos Fundamentais da Lei número 13.709 de 2018 no Setor Público; Bases Legais para o Tratamento de Dados pela Administração; Princípios da Finalidade e da Transparência; O Papel do Encarregado de Dados (DPO) nos Órgãos Públicos; Direitos dos Titulares e o Acesso à Informação; Responsabilidade Civil do Estado por Vazamento de Dados; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E GOVERNANÇA DIGITAL NA GESTÃO PÚBLICA

Marco Legal da Inteligência Artificial e a Administração Pública; Uso de Algoritmos na Tomada de Decisão Administrativa; Automação de Atos Administrativos e o Dever de Motivação; Ética, Viés Algorítmico e Transparência Pública; Eficiência Operacional e Atendimento ao Cidadão via IA; Desafios Jurídicos da IA no Controle da Legalidade; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados.